

RECSEC SECURITIZADORA DE CRÉDITO S.A.

CNPJ/MF: 16.587.821/0001-06

Tatuí-SP, 02 de maio de 2023.

Aos acionistas da

RECSEC SECURITIZADORA DE CRÉDITO S.A.

Senhores Acionistas,

A Administração da **RECSEC SECURITIZADORA DE CRÉDITO S.A.**, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras relativas ao período de 31 de dezembro de 2022 comparativas a 31 de dezembro de 2021.

Em atendimento a instrução CVM nº 381 de 14 de janeiro de 2003, informamos que a empresa Audifactor Auditores Independentes S/S foi contratada pela Companhia, para prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia de 31 de dezembro de 2022, e não prestou, desde a sua contratação serviços não relacionados à auditoria externa.

Atenciosamente,

RECSEC SECURITIZADORA DE CRÉDITO S.A.

Diretor Presidente
Ivan Rodrigues

RECSEC SECURITIZADORA DE CRÉDITO S.A.

CNPJ/MF: 16.587.821/0001-06

Balço Patrimonial dos exercícos findos em:

(Valores expressos em reais)

ATIVO	Nota	31.12.2022	31.12.2021
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	6.903	17.217
Direitos Creditórios a receber	6	2.121.416	2.121.416
Total do Ativo Circulante		2.128.319	2.138.633
Total do Ativo		2.128.319	2.138.633
PASSIVO			
Passivo Circulante			
Obrigações com fornecedores		760	686
Empréstimos de partes relacionadas	7	2.716.597	2.716.597
Total do passivo Circulante		2.717.357	2.717.283
Patrimônio líquido			
Capital social	8	110.000	110.000
Prejuízos acumulados		(699.038)	(688.650)
Total do patrimônio líquido		(589.038)	(578.650)
Total do Passivo		2.128.319	2.138.633

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Resultado dos exercícios findos em:

(Valores expressos em reais)

	<u>Nota</u>	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Receitas operacionais			
Receita operacional líquida			
Despesas operacionais:			
Despesas gerais e administrativas		(10.388)	(9.085)
Total das despesas operacionais		(10.388)	(9.085)
Lucro antes do Resultado Financeiro	9	(10.388)	(9.085)
Despesas financeiras			(12)
Resultado financeiro líquido	10		(12)
Resultado antes das provisões		(10.388)	(9.097)
Prejuízo líquido do período		(10.388)	(9.097)

RECSEC SECURITIZADORA DE CRÉDITO S.A.

CNPJ/MF: 16.587.821/0001-06

Demonstração das mutações do patrimônio líquido dos exercícios findos em:

(Valores expressos em reais)

	Capital Social Subscrito	Prejuízos Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	110.000	(679.553)	(569.553)
Resultado do período		(9.097)	(9.097)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	110.000	(688.650)	(578.650)
Resultado do período		(10.388)	(10.388)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	110.000	(699.038)	(589.038)

RECSEC SECURITIZADORA DE CRÉDITO S.A.

CNPJ/MF: 16.587.821/0001-06

Demonstração do fluxo de caixa dos exercícios findos em:

(Valores expressos em reais)

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes do IRPJ e CSLL	(10.388)	(9.097)
	(10.388)	(9.097)
(Aumento)/Diminuição das contas ativas		
Outros créditos		22.551
Aumento/(Diminuição) das contas passivas		
Obrigações com fornecedores	74	51
Caixa proveniente/(usado) nas operações	(10.314)	13.505
Caixa líquido usado nas atividades operacionais	(10.314)	13.505
	<u>(10.314)</u>	<u>13.505</u>
Aumento/(Diminuição) Líquida de caixa e equivalentes a caixa	(10.314)	13.505
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	17.217	3.712
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	6.903	17.217

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2022.

1) *Contexto Operacional*

A RecSec Securitizadora de Crédito S/A, constituída em 16 de maio de 2012, tendo como objetivo social a exploração do negócio de (I) aquisição e securitização de direitos creditórios comerciais; excetuando-se os direitos creditórios do ramo imobiliário, financeiro e do agronegócio; (II) emissão e colocação de títulos e valores mobiliários; (III) cessão e reaquisição dos direitos creditórios comerciais; (IV) prestação de serviços relacionados a operações no mercado secundário de créditos oriundos de suas operações; (V) realização de negócios e prestação de serviços compatíveis com suas atividades. A companhia tem sua sede na Rua Treze de Maio, 762, sala 2, bairro Centro, no município de Tatuí, Estado de São Paulo, CEP: 18270-170.

2) *Riscos*

2.1 Risco de mercado:

Este tipo de risco está ligado à perspectiva de eventos adversos, que impactem os preços dos ativos transacionados e/ou sua liquidez. Esse risco está associado a variáveis macros sistêmicas, como inflação, taxas de juros, taxas de câmbio e outras.

2.2 Risco de Liquidez:

Risco de Liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com as obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia busca manter o nível de seu caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos em um montante equivalente as saídas de caixa para liquidação de seus passivos e obrigações de curto prazo.

2.3 Política anti-inflacionária:

No passado, o Brasil apresentou índices extremamente elevados de inflação e vários momentos de fragilidade nos controles inflacionários. As medidas do Governo Federal realizadas para combate e controle da meta de inflação contribuem para a incerteza econômica e aumentam a volatilidade das taxas de juros dos títulos. Essas medidas podem, no futuro, ter um efeito material desfavorável sobre a economia e sobre os ativos que lastreiam as Debêntures emitidas pela Companhia.

2.4 Risco institucional:

Este risco está associado à possibilidade de eventos adversos em âmbito da legislação, da regulamentação, da autorregulação (a cargo dos próprios agentes do mercado considerado) e do cumprimento dos contratos. Eventos como mudança na legislação tributária ou em regras estabelecidas por uma entidade reguladora se enquadram nessa modalidade de risco.

2.5 Risco fiscal:

A política fiscal é o conjunto de medidas tomadas pelo governo para que haja estabilização da economia, redistribuição de renda e a alocação dos recursos. Seguindo estes parâmetros, o governo planeja para 2023 alcançar a meta fiscal, aumentar investimentos e retomar o crescimento do país.

2.6 PIS/ COFINS:

São tributos que tem a mesma base de cálculo e forma de cobrança similar, não justificando então duas contribuições com legislações próprias e quase idênticas. Assim, já é esperada a unificação dos impostos para 2023, receando, entretanto, o mercado com a expectativa de aumento das alíquotas. Havendo mudança no imposto existe o risco de a operação da Companhia sofrer um impacto direto, uma vez que suas receitas brutas são tributas pelo faturamento, ocasionando também em um encarecimento da operação e possível fuga de clientes.

2.7 Risco Operacional:

Associado à possibilidade de eventos adversos intrinsecamente associados aos participantes do mercado, empresas e demais entidades, tal risco está ligado a práticas internas de gestão e a processos organizacionais.

2.8 Direitos Creditórios:

O principal risco incidido sobre a Companhia refere-se a possível redução dos recebimentos dos devedores de direitos creditórios causado pela instabilidade no ambiente econômico. Especialistas afirmam que em um cenário de extrema crise econômica, os recebimentos possam sofrer redução de até 50%.

2.9 Risco de Crédito:

O risco de crédito está associado à possibilidade de uma das partes de uma transação não cumprir sua obrigação com as demais, deixando de honrar compromisso financeiro assumido.

2.10 Inadimplência:

O quadro de recessão na economia afeta diretamente o ritmo de negócios e a geração de caixa das empresas. Conseqüentemente gera um aumento da taxa de juros por conta do cenário inflacionado e um aumento das restrições para se obter crédito, resultando assim, no aumento das taxas de inadimplência.

Com o aumento significativo da inadimplência é possível que os devedores dos créditos negociados com a Companhia não tenham capacidade de cumprir com suas obrigações e, como o pagamento dos investidores das Debêntures emitidas pela Companhia está baseado no pagamento dos direitos creditórios, isto pode alterar o retorno previsto pelos investidores.

3) *Apresentação das demonstrações financeiras*

Declaração de conformidade:

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas com base nas Práticas Contábeis brasileiras, que compreendem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações emitidas pelo CPC e homologados pelos órgãos reguladores, e práticas adotadas pelas entidades em

assuntos não regulados, desde que atendam ao Pronunciamento Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil – CPC 00 – e, por conseguinte, em consonância com as normas contábeis internacionais.

As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022 incluem as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei 11.638/07, e pela Lei 11.941/09, que alteraram a Lei 6.404/76 nos artigos relativos à elaboração das demonstrações contábeis.

Dentre os Pronunciamentos, as interpretações e as orientações do CPC, destacamos:

CPC 00 (R1) – Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro

CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos

CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa

CPC 05 (R1) – Divulgação sobre partes relacionadas

CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro

CPC 24 – Evento subsequente

CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis

CPC 32 – Tributos sobre o Lucro

CPC 48 – Instrumentos Financeiros

Continuidade

A administração concluiu não haver incertezas materiais que possam gerar dúvidas significativas sobre sua capacidade de continuar operando por período indeterminado. As demonstrações contábeis foram elaboradas tendo como premissa que a Companhia está em atividade, e assim irá manter-se, e ainda que existe o firme propósito de continuar suas atividades e que não se visualizou qualquer probabilidade de descontinuidade. Ainda para o lapso de doze meses, da data das demonstrações contábeis, não ficou caracterizada, por qualquer forma, inclusive por vontade da administração, a redução drástica na escala de suas operações.

4) Principais práticas contábeis

As demonstrações financeiras são elaboradas com o apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras são apoiadas em fatores objetivos e

subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, provisão para receitas incorridas que ainda não foram faturadas, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões.

4.1. Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, sendo o Real (R\$) a moeda funcional da Companhia, conforme critérios previstos nos itens 9 a 14 da NBC TG 02 (R3) emitida pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade.

4.2. Reconhecimento de receita

i. Prestação de serviços

A receita de prestação de serviços é reconhecida com base na execução dos serviços previstos nos contratos celebrados entre as partes ou na própria conclusão dos serviços, ou seja, quando os riscos significativos e os benefícios são transferidos para o comprador. Quando o resultado do contrato não puder ser medido de forma confiável, a receita é reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas puderem ser recuperadas.

ii. Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica “Receita financeira” nas demonstrações do resultado.

iii. Receita de securitização

O *spread* da operação decorre, basicamente, da diferença entre o preço pago pela Companhia na aquisição do crédito e o preço de colocação das debêntures aos investidores. Em outras palavras, a Companhia adquire o lastro de crédito, aplicando determinado fator que somente será em parte repassada como forma de remuneração, de modo que a diferença observada entre as taxas consiste no *spread* realizado.

4.3. Reconhecimento de despesas

As despesas foram reconhecidas no resultado à medida da sua realização através do regime de competência. Foram reconhecidas simultaneamente com as receitas quando com estas tinham vínculo, em conformidade com o previsto na ITG 2000 (R1) emitida pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade.

4.4. Impostos e contribuições

4.4.1. Imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro líquido – correntes

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) são calculados com base nas alíquotas vigentes (15% para o IRPJ, 10% para o adicional de IRPJ sobre a base de cálculo excedente a R\$ 60.000 por trimestre e 9% de CSLL).

4.4.2. Imposto sobre serviços, Pis e Cofins

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - Seguindo a Lei 10.684/2003, a alíquota da COFINS fica elevada para 4% (quatro por cento) para as pessoas jurídicas referidas nos §§ 6º e 8º do Art. 3 da Lei 9.718/1998. Entre elas as **Companhias Securitizadoras de Crédito**.
- Programa de Integração Social (PIS) – 0,65%
- Imposto Sobre Serviços (ISS) – 2% a 5%;

4.5. Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração

Os ativos financeiros da Companhia são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado a valor justo, acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, bancos conta movimento e aplicações de liquidez imediata.

A prática contábil adotada para os instrumentos financeiros foi pautada no que determinam as normas emitidas pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade: NBC TG 39 (R5), NBC TG 40 (R3) e NBC TG 48.

4.6. Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos

A Companhia não pratica transações significativas a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações são mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes.

4.7. Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de “impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

A Administração avaliou o efeito deste procedimento e, nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022 não identificou ajustes a serem contabilizados.

4.8. Provisão para redução ao valor de recuperação de direitos creditórios

Os direitos creditórios são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, que requer a análise da carteira quanto ao atraso das operações, conforme regras e procedimentos definidos na Instrução normativa 1.700 da Receita Federal em seu art. 71.

4.9. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes

encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses, caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

4.10. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

4.11. Tributos a compensar

Uma vez identificado valores de tributos passíveis de compensação, seja por recolhimento indevido ou a maior, tais valores devem ser contabilizados em contas do ativo, com a corresponde atualização, de acordo com a legislação de regência. Para efeito de contabilização e cômputo na base de cálculo do IRPJ e da Contribuição Social Sobre o Lucro, os juros devem ser apropriados pelo regime de competência.

A Companhia deverá manter controles extracontábeis dos créditos a compensar, bem como dos valores dos juros apropriados e dos valores compensados, para fazer prova frente a possíveis questionamentos por parte do Fisco.

4.12. Informações por segmento

O CPC 22 requer que as operações por segmento sejam identificadas com base em relatórios internos utilizados pelos tomadores de decisão com a finalidade de alocar recursos aos segmentos e avaliar sua performance.

A Administração efetuou a análise mencionada e concluiu que a Companhia opera em um único segmento (securitização de créditos) e por isso não há a necessidade de nenhuma divulgação adicional.

4.13. Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça, quando necessário, julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes na data-base das demonstrações financeiras.

Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

4.14 Eventos subsequentes

A Administração da Companhia realizou uma análise em todos os eventos subsequentes, favoráveis, desfavoráveis, relevantes que pudessem influenciar significativamente o seu desempenho, com uma atenção especial no quesito da continuidade. Após esta análise nenhum evento importante e impactante foi constatado. Assim nenhum ajuste de saldo se fez necessário e nenhum fato importante para divulgação foi identificado em decorrência de eventos subsequentes.

5) Caixa e Equivalentes de Caixa

O Caixa e equivalentes de caixa incluem contas de depósitos bancários à vista, que atendem aos compromissos de caixa de curto prazo, bem como numerário existente em fundo fixo de caixa.

O caixa e equivalentes de caixa existentes na sociedade compõem-se da seguinte forma:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Caixa	6.903	17.217
Total de caixa e equivalentes de caixa	6.903	17.217

6) Direitos Creditórios a receber

O saldo de Direitos Creditórios a receber é composto por direitos de créditos adquiridos de empresas originadoras dos segmentos industriais, comerciais e da prestação de serviços sem aquisição substancial de riscos e benefícios. Os valores são escriturados pelo valor de face dos Direitos Creditórios a receber, devido ao fato do prazo médio da carteira ser inferior a 180 dias, a empresa optou por não reconhecer o ajuste a valor presente, requerido pelo CPC 12.

Neste exercício de 2022 a companhia optou pela não realização da provisão para devedores duvidosos.

A Companhia não está substancialmente exposta à variação do fluxo de caixa esperado associado ao direito creditório quando o cedente ou parte relacionada, em relação à operação de cessão, assumir obrigação não formalizada ou quando garantir, por qualquer outra forma, compensar as perdas de crédito associadas ao direito creditório objeto da operação.

- i. Operações com aquisição substancial de riscos e benefícios – quando a securitizadora adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação, ensejando na baixa do direito creditório no registro contábil do cedente.
- ii. Operações sem aquisição substancial de riscos e benefícios – quando a securitizadora não adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação, não ensejando na baixa do direito creditório no registro contábil do cedente.

A classificação dos grupos acima é de responsabilidade da Administração e deverá ser estabelecida utilizando-se como metodologia, preferencialmente, o disposto na escritura de emissão de debêntures, associado aos direitos creditórios objeto da operação.

Posição sintética de direitos creditórios relativa as operações sem aquisição substancial de riscos estão representadas por:

RECSEC SECURITIZADORA DE CRÉDITO S.A.

CNPJ/MF: 16.587.821/0001-06

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Direitos Creditórios a Receber	2.121.416	2.121.416
Total de Direitos Creditórios a Receber	2.121.416	2.121.416

7) Empréstimos de partes relacionadas

A rubrica “Empréstimos de partes relacionadas” refere-se a transações efetuadas com pessoas ligadas a Companhia, sendo que, nesse caso, foi contraído um empréstimo, que está composto da seguinte forma:

Descrição (em reais)	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos de pessoas ligadas	2.716.597	2.716.597
Total Empréstimos e Financiamentos	2.716.597	2.716.597

8) Patrimônio Líquido/Passivo a descoberto

Capital Social

O Capital Social é de R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), representado por 110.000 (cento e dez mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente integralizado.

Prejuízo acumulado

O Prejuízo acumulado da Companhia é de R\$ 699.038,34 (seiscentos e noventa e nove mil e trinta e oito reais e quatro centavos), que serão revertidas com a expectativa de resultado positivo assim que as operações estiverem consolidadas.

9) Resultado Operacional

O Resultado Operacional é composto de receitas operacionais deduzidas às despesas operacionais, composto por:

Descrição (em reais)	31/12/2022	31/12/2021
Receitas operacionais		
Despesas operacionais/custos	(10.388)	(9.085)
Despesas Gerais e Administrativas	(10.388)	(9.085)
Resultado operacional líquido	(10.388)	(9.085)

10) Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro é composto de receitas financeiras deduzidas às despesas financeiras, composto por:

Resultado financeiro	31/12/2022	31/12/2021
Despesas Financeiras		(12)
Resultado financeiro líquido	-	(12)

11) Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros ativamente utilizados pela Sociedade estão substancialmente representados por caixa e equivalentes de caixa e direitos creditórios a receber, estando reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis considerando-se os critérios descritos no item 2. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e minimização de riscos.

Valorização dos instrumentos financeiros:

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2022, bem como os critérios para sua valorização, são descritos a seguir:

Caixa e equivalentes de caixa (nota 5): os saldos mantidos em espécie, bem como em contas correntes bancárias e contas de aplicações financeiras e encontram-se ajustados de acordo com o valor da cota divulgada;

Direitos creditórios a receber (nota 6): os direitos creditórios a receber são avaliados no momento inicial pelo valor de face dos títulos adquiridos.

Tatuí – SP, 02 de maio de 2023.

Ivan Rodrigues
Diretor Presidente

Jogy Tamura
CPF: 836.047.588-15
CRC/SP: 1SP114.903/O-0

2022-12_DF`s RECSEC.pdf

Documento número #6a5ec7e7-9f15-436f-a94d-c3f475855e94

Hash do documento original (SHA256): 89ee292f69559f9a3ad8b3419b113b44ace62b5d1fd834e84c99723bcd5d9052

Hash do PAdES (SHA256): 073568ec7c752989f7e84e13f2856b62cd88c12a8c13cca306d89cca863b2c4d

Assinaturas

1 assinatura digital e 1 assinatura eletrônica



Ivan Rodrigues

CPF: 276.126.138-08

Assinou como representante legal em 15 mai 2023 às 11:33:17

Emitido por AC Certisign RFB G5- com Certificado Digital ICP-Brasil válido até 19 out 2025



Jogy Tamura

CPF: 836.047.588-15

Assinou como contador(a) em 15 mai 2023 às 17:14:07

Log

- 15 mai 2023, 11:27:14 Operador com email marcio@valecred.com.br na Conta f5954674-4079-45b5-ae14-9932306fd07f criou este documento número 6a5ec7e7-9f15-436f-a94d-c3f475855e94. Data limite para assinatura do documento: 14 de junho de 2023 (11:13). Finalização automática após a última assinatura: habilitada. Idioma: Português brasileiro.
- 15 mai 2023, 11:27:22 Operador com email marcio@valecred.com.br na Conta f5954674-4079-45b5-ae14-9932306fd07f adicionou à Lista de Assinatura: karen@valecred.com.br para assinar como representante legal, via E-mail, com os pontos de autenticação: Certificado Digital; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Ivan Rodrigues e CPF 276.126.138-08.
- 15 mai 2023, 11:27:22 Operador com email marcio@valecred.com.br na Conta f5954674-4079-45b5-ae14-9932306fd07f adicionou à Lista de Assinatura: marcela@flxfiscolex.com.br para assinar como contador(a), via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Jogy Tamura.
- 15 mai 2023, 11:33:17 Ivan Rodrigues assinou como representante legal. Pontos de autenticação: certificado digital, tipo A3 e-cpf. CPF informado: 276.126.138-08. IP: 191.254.249.77. Localização compartilhada pelo dispositivo eletrônico: latitude -23.3497482 e longitude -47.8479969. URL para abrir a localização no mapa: <https://app.clicksign.com/location>. Componente de assinatura versão 1.497.0 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.

-
- 15 mai 2023, 17:14:07 Jogy Tamura assinou como contador(a). Pontos de autenticação: Token via E-mail marcela@flxfiscolex.com.br. CPF informado: 836.047.588-15. IP: 187.56.60.221. Localização compartilhada pelo dispositivo eletrônico: latitude -23.5942756 e longitude -48.0506021. URL para abrir a localização no mapa: <https://app.clicksign.com/location>. Componente de assinatura versão 1.497.0 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.
- 15 mai 2023, 17:14:07 Processo de assinatura finalizado automaticamente. Motivo: finalização automática após a última assinatura habilitada. Processo de assinatura concluído para o documento número 6a5ec7e7-9f15-436f-a94d-c3f475855e94.
-

**Documento assinado com validade jurídica.**

Para conferir a validade, acesse <https://validador.clicksign.com> e utilize a senha gerada pelos signatários ou envie este arquivo em PDF.

As assinaturas digitais e eletrônicas têm validade jurídica prevista na Medida Provisória nº. 2200-2 / 2001

Este Log é exclusivo e deve ser considerado parte do documento nº 6a5ec7e7-9f15-436f-a94d-c3f475855e94, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso da Clicksign, disponível em www.clicksign.com.